



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**CAPELA DA COMARCA DE CAPELA**  
**Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Dados do Processo**

Processo: 202062000213	Distribuição: 10/02/2020
Número Único: 0000210-38.2020.8.25.0015	Competência: Capela
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

**Assuntos**

- DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - Partes e Procuradores - Assistência Judiciária Gratuita  
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez

**Dados das Partes**

Requerente: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS  
Endereço: RUA JOSE PEDRO DA SILVA  
Complemento:  
Bairro: CENTRO  
Cidade: CAPELA - Estado: SE - CEP: 49700000  
Requerente: Advogado(a): JOSÉ JEOVANY DA SILVA 12367/AL  
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
Endereço: Rua Senador Dantas  
Complemento: 5º ANDAR  
Bairro: Centro  
Cidade: Rio de Janeiro - Estado: - CEP: 20031205



**Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe**

**CAPELA DA COMARCA DE CAPELA**  
**Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000**  
**Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00**

**Processos Apensados:**

--

**Processos Dependentes:**

--



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

10/02/2020

**MOVIMENTO:**

Distribuição

**DESCRIÇÃO:**

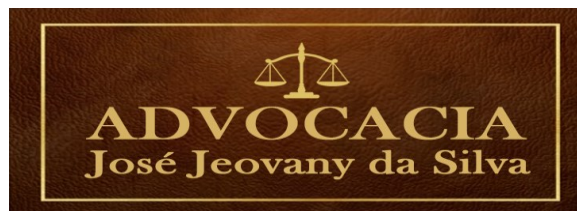
Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202062000213, referente ao protocolo nº 20200210211307085, do dia 10/02/2020, às 21h13min, denominado Procedimento Comum, de Assistência Judiciária Gratuita, Invalidez.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE CAPELA - SERGIPE**

**ERIVALDO LÚCIO DOS SANTOS**, brasileiro, convivente, lavrador, portador do RG nº 2000004015880 SSP/AL e CPF nº 045.835.714-61, residente e domiciliado na Rua José Pedro da Silva, nº 07, Centro, Capela/SE, CEP 49.700-000, Tel.: (79) 99891-6455, não possui endereço eletrônico, por meio de seu advogado que esta subscreve (**procuração anexa**), vem à presença de Vossa Excelência, com fulcro no artigo 319 do CPC/2015, propor a presente

**AÇÃO DE COBRANÇA DAS DIFERENÇAS DE SEGURO OBRIGATÓRIO  
DPVAT**

em face da **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita sob o CNPJ 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º Andar, Bairro Centro, CEP nº 20.031-205, Rio de Janeiro/RJ, endereço eletrônico desconhecido, por razões de fato e de direito a seguir delineadas:

**DA GRATUIDADE DA JUSTIÇA**

Inicialmente, afirma o Requerente que, para os fins previstos na Lei nº 1.060/50, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, não possui condições de arcar com as custas processuais e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu próprio sustento e de sua família, pelo que requer os benefícios da gratuidade da justiça.

**DOS FATOS**

No dia 31 de Março de 2018, o Requerente conduzia o veículo motocicleta, marca/modelo HONDA/CG 150 TITAN EX, ano 2013/2013, cor vermelha, placa OEJ-



9182, CHASSI 9C2KC1660DR514474, São Cristóvão/SE, quando colidiu em um caminhão que estava fazendo uma manobra ariscada e “fechando” totalmente a via, conforme registro policial de ocorrência anexo.

Destarte, o Requerente sofreu fraturas no tornozelo da perna esquerda em virtude deste acidente, donde o Requerente necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial (com uso de medicamentos), o que se pode constatar no relatório médico anexo.

Assim, necessitando sobremaneira de recursos financeiros para custear seu tratamento médico por conta das lesões sofridas no sinistro, bem como para garantir sua subsistência, o Requerente fez a requisição administrativa do benefício do Seguro DPVAT junto à Seguradora Líder.

Contudo, apesar de o Requerente ter enviado a documentação necessária (boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros), a seguradora realizou pagamento concernente à indenização por invalidez do seguro DPVAT apenas no valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 24 de Outubro de 2018, valor este que é inferior ao percentual devido, por ser desproporcional à lesão sofrida, conforme será demonstrado pelos documentos anexos e pelo exame pericial.

Portanto, não restou outra alternativa ao Requerente, senão recorrer ao Judiciário para garantir uma indenização justa e compatível com o grau da lesão corporal por ele sofrida no sinistro em comento.

## **DO DIREITO**

O DPVAT se trata de um seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, constitui direito das vítimas de acidentes de trânsito, que se dá mediante o pagamento de indenização pelos danos sofridos, necessitando para tal que se prove a existência do acidente e o dano decorrente. É o que se extrai do artigo 5º, caput, da Lei nº 6.194/74:



Art. 5º **O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifou-se).

Nesta linha de raciocínio, **há que se esclarecer que não se discute, nesta lide, o direito à indenização por invalidez, haja vista que já foi reconhecido o direito do Requerente e deferida tal indenização pela Requerida, a discussão restringe-se portanto ao valor devido**, pois que a seguradora apenas pagou o valor de R\$ 1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), em 24 de Outubro de 2018, conforme documento anexo.

Portanto, **não há que se falar em quitação da obrigação por parte da Requerida na seara administrativa, pois o quê o Requerente busca é receber justamente o valor que compreende inadimplido, pugnando tal valor por meio da tutela jurisdicional ora pleiteada através desta ação. Dessa forma, o Requerente demonstra total interesse de agir no presente feito, inclusive há entendimento já pacificado pela Corte de Justiça do Estado de Sergipe neste sentido, *in verbis*:**

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTAÇÃO DA DIFERENÇA DE INDENIZAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT). SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELO DAS SEGURADORAS. I - Preliminares. Falta de Interesse de Agir. **O recibo de quitação administrativa não inviabiliza reclamação de quantia adicional judicialmente. Doutrina e jurisprudência afastam o exaurimento da via administrativa como requisito de acesso ao Judiciário, dando eficácia ao direito fundamental de ação e ao princípio do amplo acesso à Justiça.** Alegação de necessidade de perícia. Insustentável. Prova já colhida. Laudo pericial encartado aos autos. Preliminares rejeitadas. (...) III - Recurso conhecido e parcialmente provido APELAÇÃO CÍVEL Nº 11181/2012, 10ª VARA CÍVEL, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, GILSON FELIX DOS SANTOS, JUIZ(A) CONVOCADO(A), Julgado em 19/02/2013. (Grifou-se).

Vale salientar ainda, que com a inicial o Requerente anexa toda a documentação necessária a propositura da presente demanda, tais como: boletim de ocorrência, prontuário médico hospitalar, declarações médicas e outros. Pois que, a jurisprudência mais abalizada que segue essa mesma trilha dispensa a apresentação de qualquer outro documento além dos já citados, examine:



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - DPVAT - LAUDO DO IML - AUSÊNCIA - DESNECESSIDADE A TÍTULO DE PROPOSITURA INICIAL - POSSIBILIDADE COMPROVAÇÃO NO CURSO DO PROCESSO - CONCESSÃO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO - INERCIA - IMPROCEDÊNCIA. - **Tendo a parte juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.** (...). TJ-MG - Apelação Cível AC 10126130003182001 MG (TJ-MG) Data de publicação: 23/02/2015. (Grifou-se).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA. SEGUROS. DPVAT. REALIZAÇÃO DE PROVA PERICIAL. GRAU DE INVALIDEZ. NECESSIDADE. SUMULA 474 DO STJ. DEFERIMENTO DA AJG PARA FINS RECURSAIS. (...). 3. **É dispensável a apresentação de laudo médico pericial com a petição inicial, eis que a prova da invalidez permanente e seu respectivo grau poderá ser realizada em sede judicial, conforme requerido pela agravante. Ademais, a autora juntou atestados médicos particulares, além do boletim de ocorrência do sinistro, documentos bastantes ao ajuizamento da ação.** RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA. (Agravado de Instrumento Nº 70049792591, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Isabel Dias Almeida, Julgado em 05/07/2012). (Grifou-se).

Assim, segundo a disposição contida no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, expressa nitidamente que quando os danos pessoais cobertos pelo seguro, causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não, causarem invalidez, a indenização é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).  
Veja:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta lei, compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:  
(...)  
**II- até 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), no caso de invalidez permanente.**  
(...) (Grifou-se).

Frise-se que, os incisos I e II, §1º do artigo em comento (artigo 3º, da Lei nº 6.194/74), determinam o enquadramento da invalidez segundo a tabela disposta neste mesmo diploma legal, sendo assim, nos casos de invalidez total ou invalidez permanente parcial completa a indenização deve corresponder ao percentual máximo estabelecido, e nos casos de invalidez permanente parcial incompleta os percentuais da indenização podem variar porém obedecendo aos percentuais previstos neste. Observe:

§ 1º No caso da cobertura de que trata o inciso II do **caput** deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização



proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo: *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa**, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, **correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura**; e *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).*

**II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta**, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução **proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão**, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais. *(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009). (...) (Grifou-se).*

Mesmo assim, no presente caso o Requerente ao pleitear o benefício, foi surpreendido com o pagamento de um valor claramente inferior ao que deveria receber, tendo em vista o desrespeito da seguradora ao enquadramento estabelecido na lei que garante o pagamento de percentual determinado.

Sendo costumeiro as seguradoras pagarem um valor inferior ao do seguro obrigatório fixado em lei, geralmente sob a justificativa de que fazem a fixação do valor com base na Resolução da SUSEP, o que não se pode conceber. Pois, desta forma, as seguradoras infringem a lei, lesando os beneficiários do seguro, logo os Tribunais já tem se posicionado quanto a possibilidade de se exigir a diferença:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL- **Complementação do pagamento do Seguro DPVAT- Acidente ocorrido em março de 2008, antes da edição da Medida Provisória 451/2008- Possibilidade de pagamento proporcional ao grau de invalidez constatado- Necessidade de realização de perícia pelo IML para aferir a extensão das lesões sofridas pela vítima- inteligência do art. 3º da Lei nº 8.441/92- Precedentes do STJ- Preliminar de nulidade da sentença acolhida- Ausência de formalidade legal prevista- Recurso conhecido e provido- Retorno dos autos ao Juízo de origem para fins de realização de exame de aferição de grau de invalidez pelo IML. TJ-SE - INTEIRO TEOR. APELAÇÃO CÍVEL AC 2012202671 SE (TJSE) DATA DE PUBLICAÇÃO: 12/06/2012. (Grifou-se).**

EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL. **AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. NATUREZA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL. PRESCRIÇÃO. ART. 206, §3º, ix, DO CÓDIGO CIVIL. “O valor do seguro obrigatório deve ser deduzido da indenização judicialmente**





**fixada” Súmula n. 256- STJ.** “O DPVAT tem natureza de seguro obrigatório de responsabilidade civil. A ação de cobrança de seguro obrigatório (DPVAT) prescreve em 3 (três) anos” Súmula n. 405- STJ. STJ-RECURSO ESPECIAL 1170587 PR 2009/0236573-1 DATA DE PUBLICAÇÃO: 18/05/2010. (Grifou-se).

Desses, também extrai-se que se trata de entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça, de que para a real constatação da invalidez é indispensável a realização de perícia para demonstrar a intensidade da incapacidade da parte autora. Do quê, com base na Súmula 474 do STJ, deverá ser paga a indenização de acordo com o grau da lesão e, para tanto, deve ser realizado exame pericial para auferir-se o grau. Atente:

**Súmula 474 do STJ- A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será proporcional ao grau de invalidez.** (Grifou-se).

Sendo assim, para a fixação do *quantum* indenizatório deverá ser levado em consideração o grau da invalidez do Autor, o qual será constatado por meio de exame pericial, tendo em vista a incoerência da Seguradora no pagamento do seguro obrigatório.

## DOS PEDIDOS

Por todo o exposto, diante da plausibilidade do direito invocado e das razões de fato evidenciadas, passa o Requerente a formular os seguintes pedidos:

- a) A **concessão da gratuidade da justiça**, em virtude do Requerente não apresentar condições de custear o processo sem prejuízo do próprio sustento, conforme declaração anexa;
- b) Com fulcro no art. 334, § 5º do CPC/2015 e em observância aos princípios da celeridade processual, economia processual e boa-fé, o Requerente requer a **dispensa da designação da audiência de conciliação**, haja vista que é *praxe* a não realização de acordo em audiência de conciliação nas ações ajuizadas em face da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.;



- 
- c) A **citação da Requerida** para, querendo, apresentar resposta, sob pena de se presumirem verdadeiros os fatos acima descritos;
- d) A **designação de perito**, a fim de que por laudo pericial seja verificado o grau de invalidez do Requerente e, por consequente, a determinação do *quantum* indenizatório proporcional à lesão, **segue anexo os quesitos para realização da perícia**;
- e) Que ao final, seja **a presente ação julgada totalmente procedente, condenado a Requerida ao pagamento da complementação do seguro DPVAT pertinente, auferido a partir da análise do laudo pericial e demais documentos acostados aos autos**;
- f) A condenação da Requerida também ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, estes no percentual de 20% sobre o valor da condenação, além dos juros admitidos.

Protesta provar o alegado por todos os meios permitidos em direito, em especial, por juntada de documentos, laudo médico e oitiva de testemunhas, além de demais meios que se fizerem necessários.

Dá-se a causa o valor de R\$ 11.812,50 (onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 10 de Fevereiro de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



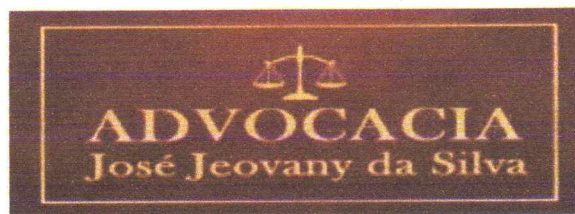
## ANEXO I

### QUESITOS PARA PERÍCIA

Informe o Sr. Perito:

1. Qual a parte do corpo afetada pelo acidente?
2. Qual a lesão sofrida?
3. Houve perda anatômica e/ou funcional?
4. Sendo positiva a resposta do item “3”, qual o grau da perda anatômica e/ou funcional em uma escala de 10%, 25%, 50% ou 100%?
5. Está correta a quantia paga administrativamente?
6. Sendo negativa a resposta ao item “5”, qual seria o correto valor da indenização?





## PROCURAÇÃO

**OUTORGANTE:** Erivaldo Lúcio dos Santos, brasileiro  
casado, advogado, inscrito no RG sob N.  
2000004015880 SSP/AL e no CPF sob N. 045.835.  
714-61, residente e domiciliado na Rua José  
Pedro da Silva, nº 7, Centro, Capela/SE, CEP:  
49700-000

**OUTORGADO:** José Jeovany da Silva, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/AL, sob o nº 12.367 e na OAB/SE, sob o nº 889-A, CPF sob o nº 018.386.315-18, com escritório profissional na Rua Senador Leite Neto, nº 381, Centro, CEP: 49.680-000, Nossa Senhora da Glória/SE.

**PODERES:** pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

N.ª Sr.ª da Glória/SE, 10 de Fevereiro de 2020

Erivaldo Lúcio dos Santos  
Assinatura





## DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

**Declarante:** Erivaldo Lúcio das Santos Brasileiro  
Comunidade, lavrador, inscrito no RG sob  
N. 2000.0040.15880 SSP/AL e no CPF sob  
N. 045.835.714-61 residente e domiciliado  
na Rua Marechal Pedro Silva, nº 7, Centro,  
Capela/SE CEP: 49.700-000.

Declaro, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de Fevereiro de 1950, com redação dada pela Lei nº 7.510/86 e nos artigos 98 e seguintes do CPC/2015, desejando obter os benefícios da “Gratuidade da Justiça”, que se encontra em estado de vulnerabilidade econômica e não possui recursos suficientes para custear demandas judiciais, sem prejuízo da manutenção da sua família e suas atividades.

Por ser verdade, firmo.


N. Sr. da Glória/SE 10 de Fevereiro de 2020

Erivaldo Lúcio das Santos  
Assinatura




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE ALAGOAS  
SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO  
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO ESTADO DE ALAGOAS



**Polegar Direito**



*Eryvaldo Lucio dos Santos*

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

**2000004015620**

**25/07/2014**

**ERYVALDO LUCIO DOS SANTOS**

**FRANCISCO LUCIO MACHADO**

**MARIA DE LOURDES DOS SANTOS**

**SÃO SEBASTIÃO - AL**

**05/06/1982**

**CERTD BASC 7301 FLS 52**

**LTV A2**

**SÃO SEBASTIÃO - AL**

**045.835.714-61**

**2 VILA**

*Lucio*

**MARIA MARIA DA CONCEIÇÃO DA SILVA**

**SECRETARIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL**

**LEI Nº 7.116 DE 29/06/83**

**P 302**



ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS  
RUA JOSE PEDRO DA SILVA, 007 / QUADRA C - CENTRO  
CAPELA / SE CEP 49700000 (AG: 340)

Emissão: 30/04/2018 Referência: Abr / 2018  
Classe/Subcls: RESIDENCIAL / BAIXA RENDA MONOFÁSICO  
Roteiro: 18 - 360 - 45 - 1355 Nº medidor: E5014250718

Atendimento ao Cliente ENERGISA 080000

Conta referente a

Abr / 2018

30/04/2018

UC (Unidade Consumidora):

Declaração de Quota Anual de Cargas  
Conforme previsto na Lei 12.087 de 29 de Junho de 2009,  
informamos a quota de energia elétrica referente ao mês  
consumida regular de energia elétrica desta unidade  
consumidora vencida no mês de 30/04/2018 e que não  
foram declaradas anteriormente para a contagem de  
pagamento das prestações de consumo, as quais  
estão incluídas no valor da prestação de 30/04/2018  
e que se refere a 104,18 kWh de energia elétrica.  
Este valor é devido para a concessionária de energia elétrica  
no valor de R\$ 10,418,00 (dez reais e quarenta e oito centavos).  
Este valor deve ser pago até o dia 10/05/2018 para evitar  
a aplicação de multa e juros.





GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE  
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA  
SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

POLÍCIA ON-LINE



**DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO**

RUA NOVA, CENTRO FONE: (79)3337-1757 EMAIL: depol.pocoredondo@pc.se.gov.br

**RPO - Registro Policial de Ocorrência 2018/06536.0-000918**

**DELEGACIA RESPONSÁVEL**

Nome: DELEGACIA DE POLÍCIA DE CAPELA

Endereço: AV. MONSENHOR ERALDO BARBOSA, CENTRO FONE: (79) 3263-1242

**FATO**

Data e Hora do Fato: 31/03/2018 - 19:00 até 31/03/2018 - 19:00

Endereço: Número: Complemento: CEP: 49700-000

Bairro: CAMPO DA AVIAÇÃO Cidade: CAPELA - SE Circunscrição: DELEGACIA DE POLÍCIA DE POÇO REDONDO

Tipo de local: VIA PUBLICA Meio Empregado: OUTRO

**VÍTIMA-NOTICIANTE**

Nome: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS

Nome do pai: FRANCISCO LUCIO MACHADO Nome da mãe: MARIA DE LOURDES DOS SANTOS

Pessoa: Física CPF/CGC: 000.000.000-00 RG: UF: Órgão expedidor:

Naturalidade: Data de nascimento: 05/06/1982 Sexo: Masculino Cor da cutis: Parda

Profissão: AGRICULTOR Estado civil: Solteiro Grau de instrução: 1º Grau Incompleto

Endereço: RUA JOSE PEDRO DA SILVA Número: 07 Complemento: CENTRO

CEP: Bairro: Cidade: CAPELA UF: SE

Proximidades: Telefone: 99891-6455

**HISTÓRICO**

NARRA o noticiante que no dia 31/03/2018, por volta das 19:00hs guiava a sua motocicleta pela localidade conhecida como CAMPO DA AVIAÇÃO quando colidiu em um caminhão que estava fazendo uma manobra ariscada e "fechando" totalmente a via; QUE após a colisão o condutor do veículo abandonou o local sem prestar os devidos socorros e nem ser identificado; QUE foi socorrido por uma ambulância do hospital e conduzido ao HUSE/ARACAJU com fraturas no tornozelo da perna esquerda; QUE a motocicleta se trata de uma HONDA/CG 150 TITAN EX COR VERMELHA ANO 2013 PLACA OEJ9182/SE CHASSI 9C2KC1660DR514474 renavam 00509218440 em nome do noticiante ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS; QUE registra o boletim de ocorrência para fins segurários, nada Mais.

Data e hora da comunicação: 04/09/2018 às 11:35

Última Alteração: 04/09/2018 às 11:32.

OBS.: As informações noticiadas pelo declarante/vítima são de sua inteira responsabilidade, cabendo, inclusive, a responsabilização penal daquele que faltar com a verdade no fornecimento das informações, nos termos do artigo 340 do Código Penal Brasileiro: Art. 340 - Provocar a ação de autoridade, comunicando-lhe a ocorrência de crime ou de contravenção que sabe não se ter verificado: Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

*Erivaldo Lucio dos Santos*

ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS  
Responsável pela comunicação

*Jose Roberto de Melo Santos*  
Jose Roberto de Melo Santos  
Responsável pelo preenchimento

José Roberto de Melo Santos  
CARTÓRIO  
Depol Poço Redondo/SE






CENTRO DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA GOV. ALBANO FRANCO

NOME: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS  
REG: 29832  
DATA DE NASCIMENTO: 05/06/1982  
DATA: 02/04/2018  
PROCEDÊNCIA:

TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO TORNOZELO ESQUERDO

Realizados cortes tomográficos axiais do tornozelo esquerdo, que revelaram:

Fraturas comunitivas com desalinhamentos ósseos e extensões articulares em tibia e fíbula distais associadas a importante aumento de partes moles adjacentes.

  
\_\_\_\_\_  
DR. EDISON DE OLIVEIRA FREIRE FILHO  
MÉDICO RADIOLOGISTA  
CRM 2964

/mbc

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

DATA: 31/03/2018 HORA: 21:47 USUARIO: AAOLIVEIRA  
SETOR: 05-ORTOPEDIA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE		
NOME	: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS	DOC...: 20000401588
IDADE.....	: 35 ANOS NASC: 05/06/1982	SEXO...: MASCULINO
ENDEREÇO.....	: RUA DA PALMEIRA	NUMERO: 126
COMPLEMENTO...	: 707805645494711 BAIRRO: CENTRO	
MUNICIPIO.....	: CAPELA	UF: SE CEP...: -
NOME PAI/MAE...	: FRANCISCO LUCIO MACHADO	/MARIA DE LORDES DOS SANTOS
RESPONSÁVEL...	: O PROPRIO	TEL....: 7998916455
PROCEDENCIA...	: CAPELA	
ATENDIMENTO...	: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)	
CASO POLICIAL..	: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO	TRAUMA: NAO
ACID. TRABALHO:	: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM	

PA: [ X mmHg ] PULSO: [ ] TEMP.: [ ] PESO: [ ]

EXAMES COMPLEMENTARES:    ☐ RAIIO X            ☐ SANGUE            ☐ URINA            ☐ TC  
                                 ☐ LIQUOR            ☐ ECG                ☐ ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: ☐ SIM ☐ NAO

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO  
 425777EOL-13597

DATA DA SAIDA:

ALTA: ☐ DECISAO MEDICA ☐ A PEDIDO ☐ EVASAO ☐ DESISTENCIA  
☐ ENCAMINHADO AO AMBULATORIO  
 INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: ☐ ATE 48HS ☐ APOS 48HS | ☐ FAMILIA ☐ IML ☐ ANAT. PATOL.

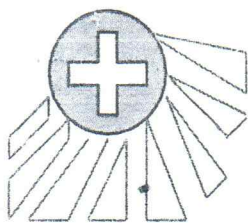
ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

p. 18







**ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE DE CAPELA**

**HOSPITAL "SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA"**

FUNDADO EM 18.10.1897

CNPJ (MF) 13.911.698/0001-49

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins que o Sr. **ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS** deu entrada nesta unidade de saúde no dia 31/03/2018 conforme cópia de prontuário anexo.

Capela/SE, 28 de Junho de 2018.

Atenciosamente,

Manoel Mota Cabral

**MANOEL MOTA CABRAL  
PRESIDENTE**



NOME DO PACIENTE: Erivaldo Henrique dos Santos  
DATA DA ENTRADA: 31/03/2018  
DATA DA SAÍDA: 05/04/2018

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS ( ) ENFERMARIA ( ) UTI ( )

**HISTÓRICO CLÍNICO:**

Paciente vítima de trauma motociclistas com edema importante no tornozelo (E) ocasionando dor. Sofreu redução e foi colocada tala gessada. Adiciona ainda que a mesma sofreu luxação do tornozelo esquerda. Em seguida o mesmo foi internado na enfermaria.

**HISTÓRICO CIRÚRGICO:**

HENRIQUE MACIEL  
CARTÓRIO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE  
Rua Edezio Vieira de Melo, 20  
Centro - Nossa Senhora da Glória/SE  
CEP 49680-000 - Fone: 79 3411 1365  
Extra\_2gloria@tjse.jus.br  
AUTENTICAÇÃO 006089  
Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Nossa Senhora da Glória/SE, 04 de setembro de 2018  
O referido é verdade e dou fé.  
Emolumentos: R\$ 3,32 + selo: R\$ 0,00 -- Total: R\$ 3,32  
EDERALDO ALVES DA SILVA - Escrevente  
Selo TJSE: 201829574 019286  
Acesse: www.tjse.jus.br/x/ 7K27RG

**EXAMES COMPLEMENTARES:**

TC de tornozelo Esquerda  
ECG  
RX da p.e.  
RX de tornozelo E.

**MÉDICOS ASSISTENTES:**

DR. Maria Costa Vieira Filho  
DR. Washington Brito  
DR. Francisco Lima

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO ( ) TRANSFERIDO ( ) ÓBITO ( )

ARACAJU, 15 de 08 de 18

Nilson Eron  
Clínica Médica  
GRAMSE 3040

# Relatório Médico

Relato para o Dr. Dr.  
 Jun. que o paciente Ederaldo  
 após de longa permanência  
 em um de modo de clí. h.  
 sofrendo fratura pilão fibral  
 evoluindo com  
 instabilidade permanente grave.

Dr. Paulo Candido de Lima Jr.  
 Ortopedia e Traumatologia  
 Coluna Vertebral  
 CRM-SE 8726

f93  
 592

MATRIZ - Rua Jackson de Figueiredo, 766  
 Centro, Nossa Sra. das Dores/SE  
 (79) 3265.1686 / 3265.1059 / 9820.2132

21 JUN. 2018

**CARTÓRIO 2º OFÍCIO DA COMARCA DE NOSSA SENHORA DA GLÓRIA/SE**  
 ANTONIO HENRIQUE BUARQUE MACIEL SILVA - Notário e Registrador  
 Rua Edezo Vitor de Melo, 20  
 Centro - Nossa Senhora da Glória/SE  
 CEP: 49.620-000 - Fone: 79 3411 1355  
 Extra: 2gloria@tjse.jus.br

**AUTENTICAÇÃO 006069**

Autentico a presente fotocópia que confere com o original que me foi apresentado. Nossa Senhora da Glória/SE, 04 de setembro de 2018  
 O referido é verdade e dou fé  
 Emolumentos: R\$ 3,32 + selo: R\$ 0,00 -- Total: R\$ 3,32  
 EDERALDO ALVES DA SILVA - Escrivão  
 Selo TJSE: 201829574 019255  
 Acesse: www.tjse.jus.br/x/ 3CN3M2





( / )



Buscar no site

A  
COMPANHIASEGURO  
DPVATPONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-  
Atendimento)CENTRO DE DADOS E  
ESTATÍSTICASSALA DE  
IMPRESSÃOTRABALHE  
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

## Acompanhe o Processo de Indenização

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados a contar da data de entrega da documentação completa.

## SINISTRO 3180437693 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO GVS CORRETORA DE SEGUROS LTDA - ME

BENEFICIÁRIO ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS

CPF/CNPJ: 04583571461

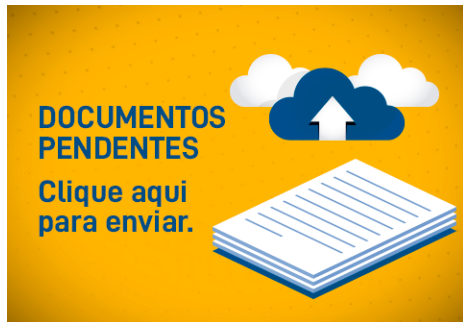
## Posição em 10-02-2020 15:42:47

O pedido de reanálise do processo não foi concluído, pois não recebemos os documentos complementares solicitados na última

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
24/10/2018	R\$ 1.687,50	R\$ 0,00	R\$ 1.687,50

## Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
24/11/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/gmDBOYCrq__HRFgrmHapi_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzmTLcOjdroM__4SAploXVmc=)
17/10/2018	NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/uf+nASXLHiVX0kqi251api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzmTLcOjdroM__4SAploXVmc=)
29/09/2018	ABERTURA DE PEDIDO DE SEGURO DPVAT	(https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/nBB8hGdGGMuYYa++api_key=SnldRDgzJqyMV51lfN9HzmTLcOjdroM__4SAploXVmc=)



(<https://documentospendentes.seguradoralider.com.br/>)

## Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguro-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)

## ACESSIBILIDADE



(/Pages/Acessibilidade.aspx)



(/Pages/Atalhos-de-Teclado.aspx)

A A A O

## COMO PEDIR INDENIZAÇÃO



Documentos Despesas Médicas (/Pages/Documentacao-Despesas-Medicas.aspx)

Documentos Invalidez Permanente (/Pages/Documentacao-Invalidez-Permanente.aspx)

Documentos Morte (/Pages/Documentacao-Morte.aspx)

Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)

## PAGUE SEGURO



Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)

Consulta a Pagamentos Efetuados (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetutados.aspx)

## ACOMPANHE O PROCESSO



Clique aqui para saber sobre o andamento do seu pedido de indenização. (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)

(<https://www.seguradoralider.com.br>)

(<https://www.seguradoralider.com.br/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx?optconsultasemsinistro=true>)



- › Acompanhe seu Processo (/Pages/Acompanhe-o-Processo-de-Indenizacao.aspx)
- › Consulta a Pagamentos (/Pages/Consulta-a-Pagamentos-Efetuados.aspx)
- › Saiba Como Pagar (/Pages/Saiba-como-pagar.aspx)
- › Pontos de Atendimento (/Pontos-de-Atendimento)
- › Como Pedir Indenização (/Seguro-DPVAT/Como-Pedir-Indenizacao)

## Dúvidas e Respostas

- › A Seguradora Líder-DPVAT (/Pages/Quem-Somos.aspx)
- › Sobre o Seguro DPVAT (/Pages/Sobre-o-Seguro-DPVAT.aspx)
- › Informações Gerais (/Pages/Informacoes-Gerais-Sobre-o-Pagamento.aspx)
- › Dicas Indispensáveis (/Pages/Dicas-Indispensaveis-Para-Pedir-a-Indenizacao.aspx)
- › Dicionário do Seguro DPVAT (/Seguro-DPVAT/Dicionario-do-Seguro-DPVAT)
- › Perguntas Frequentes (/Seguro-DPVAT/Perguntas%20Frequentes)

## Atendimento

- › Chat - Atendimento On-line (/Contato/Chat-e-Atendimento-On-Line)
- › Dúvidas, Reclamações e Sugestões (/Contato/Duvidas-Reclamacoes-e-Sugestoes)
- › Telefones de Contato (/Contato/telefones-de-contato)
- › Ouvidoria (/Contato/Ouvidoria)
- › Canal de Denúncias (/Contato/canal-de-Denuncias)
- › Mapa do Site (/Mapa-do-Site)



(<https://www.consumidor.gov.br/pages/principal/?1556814921288>)

[Termos de uso e política de privacidade \(/Pages/Termos-de-Uso.aspx\)](#)



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

11/02/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Nesta data faço o processo eletrônico concluso.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

14/02/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, em 15 (quinze) dias, junte aos autos prova de insuficiência de recursos, ou realize o devido pagamento das custas processuais, sob pena do cancelamento da distribuição, com espeque no art.290 do NCPC, tendo em vista não há nos autos os documentos suficientes para o deferimento dos benefícios da justiça gratuita.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe**  
**Capela**

Nº Processo 202062000213 - Número Único: 0000210-38.2020.8.25.0015

Autor: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Intime-se a parte autora, por meio de seu advogado, para que, em 15 (quinze) dias, junte aos autos prova de insuficiência de recursos, ou realize o devido pagamento das custas processuais, sob pena do cancelamento da distribuição, com espeque no art.290 do NCPC, tendo em vista não há nos autos os documentos suficientes para o deferimento dos benefícios da justiça gratuita.

Cumpra-se.



Documento assinado eletronicamente por **CLAUDIA DO ESPIRITO SANTO, Juiz(a)** de Capela, em 14/02/2020, às 12:04:46, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000349893-93**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

17/02/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

AGUARDA-SE DECURSO DE PRAZO DE RESPOSTA.</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000041}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

04/03/2020

**MOVIMENTO:**

Juntada

**DESCRIÇÃO:**

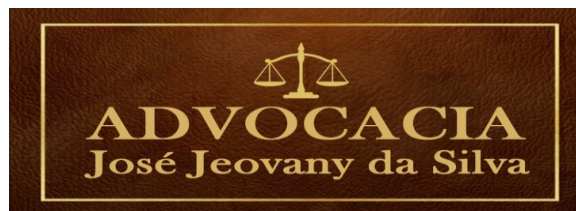
Juntada de Outras Petições realizada nesta data. {Movimento Gerado pelo Advogado: JOSÉ JEOVANY DA SILVA - 12367}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
COMARCA DE CAPELA - SERGIPE**

**Processo nº 202062000213**

**ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS**, já devidamente qualificado nos autos em epígrafe, por seu advogado, que esta subscreve, vem mui respeitosamente manifestar-se, em cumprimento ao despacho de Vossa Excelência, com o fito de provar ser merecedor da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça:

O Requerente faz jus à concessão da gratuidade da justiça, haja vista que o mesmo não possui rendimentos suficientes para custear as despesas processuais e honorários advocatícios em detrimento de seu sustento e de sua família.

Porquanto, o Requerente é pessoa humilde, lavrador, estando sem vínculo empregatício desde 21/03/2012, conforme CTPS anexa, vivendo no momento dos serviços que presta como lavrador.

Além disso, como já narrado na exordial o Requerente foi vítima de um acidente automobilístico no qual sofreu fratura no tornozelo esquerdo em virtude deste acidente, donde necessitou e foi submetido a tratamento médico e ambulatorial, conforme relatórios médicos anexados a inicial.

Assim, o Requerente juntou com a presente inicial a declaração de hipossuficiência, informando que não possui condições para arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem que cause dano ao seu sustento e de sua família.

Desse modo, conseqüentemente, torna-se inviável o custeio das despesas processuais e o pagamento dos honorários do perito, pleiteando, portanto, os benefícios



da gratuidade da justiça, assegurados pela Lei nº 1060/50 e consoante o art. 98, caput, do CPC/2015, *in verbis*:

**Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei. (Grifou-se).**

Mister frisar, ainda sobre a gratuidade a que tem direito esta pessoa natural, o novo Código de Ritos Cíveis dispõe em seu art. 99, § 3º, que **“presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural”**.

Assim, à pessoa natural basta a mera alegação de insuficiência de recursos, sendo desnecessária a produção de provas da hipossuficiência financeira. Ou seja, apresentado o pedido de gratuidade acompanhado de declaração de pobreza, há presunção legal que o juiz pode prontamente deferir os benefícios ao seu requerente (cumprindo-se a presunção do art. 99, § 3º, do CPC/2015 acima).

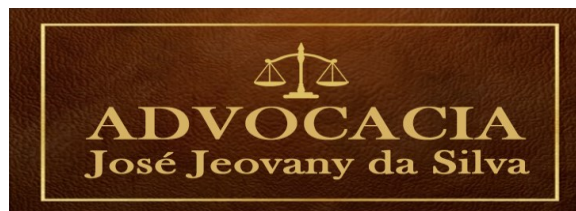
Portanto, entender de outra forma seria impedir os mais humildes de terem acesso à justiça, garantia maior dos cidadãos no Estado de Direito, corolário do princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, artigo 5º, inciso XXXV da Constituição Federal de 1988.

Desse modo, as normas legais mencionadas não exigem que os requerentes da assistência judiciária sejam miseráveis para recebê-la, sob a forma de isenção de custas, bastando que comprovem a insuficiência de recursos para custear o processo, ou, como reza a norma constitucional, que não estão em condições de pagar custas do processo sem prejuízo próprio ou de sua família, **bem como as normas de concessão do benefício não vedam tal benesse a quem o requeira por meio de advogados particulares**, conforme art. 99, § 4º, do CPC/2015, vejamos:

**Art. 99, § 4º A assistência do requerente por advogado particular não impede a concessão de gratuidade da justiça. (Grifou-se).**







---

Excelência, como já afirmado, decorre da letra expressa do art. 99, § 3º, do CPC/2015, **que se presumem pobres, até prova em contrário, quem afirmar essa condição nos termos desta lei.**

Por fim, requer o Requerente a Vossa Excelência, que lhe seja concedida a gratuidade da justiça, com amparo nos argumentos de direito colacionados e documento anexo.

Nestes termos, pede deferimento.

Nossa Senhora da Glória/SE, 04 de Março de 2020.

**José Jeovany da Silva**  
OAB/AL 12.367 OAB/SE 889-A



Monte ao seu novo companheiro os perigos que o cercam no trabalho.

Cada acidente é uma lição que deve ser aprendida, para evitar maiores desgraças.

Tudo o acidente tem uma causa que é preciso se prevenir, para evitar a sua repetição.

Se você for acidentado, procure logo o serviço médico adequado. Não deixe que "pontalões" e "curiosos" com curiosidade para o conhecimento do seu caso.

Se você não é electricista, não se meta a fazer serviços de electricidade.

Procure o serviço médico imediato, se você for vítima de um acidente, assim será mais rápida.

As indústrias não respeitam ninguém, mas você deve respeitá-las.

Atenda às recomendações dos seus Membros da CIPA e de seus mestres e chefes.

Compre sempre as regras de segurança da região onde você trabalha.

Converse e discuta no trabalho produtivo a acidentes pelo desatendimento.

Uma e milésima sempre os cuidados com os acidentes nos casos e acidentes sobre prevenção de acidentes.

Os acidentes, sobretudo, graves e sangrentos ocorrem não só sem parte de um acidente de trabalho.

Atenda sempre as recomendações dos indústrias nos devidos lugares.

Para a indústria quando tiver que consentir a os trabalhadores.

Trabalhe na a indústria procurando evitar os acidentes. Use equipamentos de proteção adequados a seu serviço.

Compre e mantenha os extintores e alarmas disponíveis de combate ao fogo existentes em seu local de trabalho. Você pode ser um candidato de um bom aluno.



# MINISTÉRIO DO TRABALHO

SECRETARIA DE POLÍTICAS DE EMPREGO E SALÁRIO

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

055071

00019-AL



Evivaldo Luis dos Santos

ASSINATURA DO PORTADOR



# QUALIFICAÇÃO CIVIL

Nome *Erivaldo Luis dos Santos*

Loc. Nasc. *São Sebastião* *Alagoas* Data *05/06/82*

Filiado *Françisco Antônio Machado e Maria*  
*de Moura dos Santos*

Doc. n.º *R N.º 7301, fl. 52, Liv. 02 - São Sebastião - AL*

ESTRANGEIROS

Chegada ao Brasil em ..... Doc. Ident. n.º .....

Exp. em ..... Estado .....

Cita .....

Data Exoneto *31/08/89*

ORT

*[Assinatura]*  
Assinatura do Funcionário

ALTERAÇÕES DE IDENTIDADE  
(Com relação nome, est. civil e data nasc.)



## CONTRATO DE TRABALHO

FABRICA DE CASA DE AÇÚCAR TAQUARI LTDA.  
 CNPJ: 12.537.260/0001-80  
 FASE TAQUARI S/N  
 CEP: 49.700-000 CAPELA - SE  
 Exp. Estabelecimento: AGRÍCOLA  
 TRABALHADOR RURAL

24 de novembro de 2011

REMUNERAÇÃO: POR PRODUÇÃO

Registro nº \_\_\_\_\_ Ficta/Fato

Remuneração especificada \_\_\_\_\_  
 FABRICA DE CASA DE AÇÚCAR TAQUARI LTDA.  
 Fazenda Taquari s/n Capela-SE  
 André Nery da Silva  
 11.11.2011 André Nery

Ass. do empregador ou a cargo d/ele.

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
 Data saída 21 de Março de 2012

Fazenda Taquari

André Nery da Silva

Coord. de PDI

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_  
 Com. Dispensa CD Nº \_\_\_\_\_

## CONTRATO DE TRABALHO

Empregador \_\_\_\_\_

CX/CMF \_\_\_\_\_

Rua \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_

Município \_\_\_\_\_ Est. \_\_\_\_\_

Exp. do estabelecimento \_\_\_\_\_

Cargo \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_ CBO nº \_\_\_\_\_

Data admitido \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Registro nº \_\_\_\_\_ Ficta/Fato

Remuneração especificada \_\_\_\_\_

Ass. do empregador ou a cargo d/ele.

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Data saída \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

Ass. do empregador ou a cargo d/ele.

1ª \_\_\_\_\_ 2ª \_\_\_\_\_

Com. Dispensa CD Nº \_\_\_\_\_



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

04/03/2020

**MOVIMENTO:**

Conclusão

**DESCRIÇÃO:**

Petição.

**LOCALIZAÇÃO:**

Juiz

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

23/03/2020

**MOVIMENTO:**

Despacho

**DESCRIÇÃO:**

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido e manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Sim



**Poder Judiciário do Estado de Sergipe  
Capela**

Nº Processo 202062000213 - Número Único: 0000210-38.2020.8.25.0015

Autor: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Mero Expediente

Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido e manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação.

Assim, cite-se o réu preferencialmente pelo correio (art. 246, I do CPC) para responder à ação no prazo de 15 (quinze) dias nos termos do art. 335, inciso III do CPC.

Se com o oferecimento da defesa houver arguição das matérias previstas no art. 337 do CPC ou outro fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor, intime-se parte autora, por seu advogado, para manifestar-se no prazo de 15 (quinze) dias nos termos dos arts. 350 e 351 do CPC.

Após, volvam conclusos.

Observe o serventuário a disposição do art. 228 do CPC.



Documento assinado eletronicamente por **GILSON GUEDES CAVALCANTI NETO, Juiz(a) de Capela**, em 23/03/2020, às 14:12:21, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000639859-41**.



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

24/03/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Conforme determinado pela Portaria Normativa nº 12/2020, de 13 de março de 2020. Aguarde-se os autos em cartório até posterior determinação judicial informando DETERMINAÇÕES PARA REALIZAR INTIMAÇÕES.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não





Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

01/06/2020

**MOVIMENTO:**

Certidão

**DESCRIÇÃO:**

Expedi mandado nº 202062003403.

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



Poder Judiciário  
Do Estado de Sergipe

CAPELA DA COMARCA DE CAPELA  
Rod. Manoel Dantas, Bairro Centro, Capela/SE, CEP 49700000  
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

**PROCESSO:**

202062000213

**DATA:**

01/06/2020

**MOVIMENTO:**

Expedição de Documento

**DESCRIÇÃO:**

Mandado de número 202062003403 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA  
[TM4205,MD2372] <br/><br/> {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

**LOCALIZAÇÃO:**

Secretaria

**PUBLICAÇÃO:**

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE  
Capela  
Rodovia Manoel Dantas, S/Nº  
Bairro - Centro Cidade - Capela  
Cep - 49700-000 Telefone - (79)3263-9200

Normal(Justiça Gratuita)



202062003403

PROCESSO: 202062000213 (Eletrônico)  
NÚMERO ÚNICO: 0000210-38.2020.8.25.0015  
NATUREZA: Procedimento Comum Cível  
REQUERENTE: ERIVALDO LUCIO DOS SANTOS  
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

### CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

**Finalidade:** Responder em 15 (quinze) dias.

**Despacho:** Verificando que a petição inicial preenche os requisitos essenciais e não se trata de hipótese de improcedência liminar do pedido e manifestado o autor desinteresse na realização de audiência de conciliação, abstenho-me de proceder à designação com fundamento no princípio da voluntariedade que rege a conciliação e mediação.

Atenciosamente,

Ilmo (a) Sr(a)

**Nome** : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT  
**Residência** : Rua Senador Dantas, 5º ANDAR, 74  
**Bairro** : Centro  
**Cep** : 20031205  
**Cidade** : Rio de Janeiro - -

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **LÚCIO ANDERSON SANTOS, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de Capela**, em 01/06/2020, às 11:41:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico [www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos](http://www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos), mediante preenchimento do número de consulta pública **2020001004002-27**.

